

## Lembrança, arquivo e ressentimento: as memórias de Paulo Duarte

Noé Freire Sandes\*

**Resumo:** Paulo Duarte, na composição de suas memórias, evoca o passado de modo distinto: a memória pessoal segue o fluxo dos sentimentos sem a clara definição de um roteiro a ser seguido. A memória política implica procedimento diverso: o jornalista lembra com base em seu arquivo: documentos, livros, cartas, jornais e fotos dirigem a lembrança em curso. A memória flerta com a história, mas o ressentimento aponta para o caminho inverso, a subjetividade.

*[...] Fui informado pelo chefe de polícia que o exilado Paulo Duarte fora recebido pelo ministro da Guerra a quem entregara uma carta do Armando de Salles convidando-o para me depor antes que eu o exonerasse. Que reles intrigante!(VARGAS, Diário, 1995, v.II, p.286).*

Um exilado. Um reles intrigante. O nome de Paulo Duarte assim aparece no Diário de Getúlio Vargas. Ao consultar o índice biográfico, percebe-se que o jornalista recebeu pouca atenção do Presidente. Duas referências, apenas. Além da citação em epígrafe, escrita em 21 de julho de 1939, o jornalista é mencionado como responsável por ações oposicionistas nos Estados Unidos, ao lado de Armando de Salles Oliveira, cujo nome, por sua vez, aparece quarenta vezes! Paulo Duarte, o reles intrigante, participou do golpe que depôs o presidente Washington Luís, em 1930. Mas os paulistas pouco proveito alcançaram na articulação com Vargas. Em 1932 efetivara-se a ruptura com o governo ditatorial e as elites paulistas lançaram-se a aventura da guerra. Perderam. Paulo Duarte, por duas vezes, trilhou o duro caminho do exílio.

Vargas é personagem central nas memórias do jornalista. Certamente, a luta contra Vargas e o sistema político que em torno dele se formou consumiu a vida de Paulo Duarte e suas razões por ter vivido. Paulo Duarte (1974, p.01) descarta o gesto memorial para os que contam suas vidas insípidas. A vida só deve ser contada quando está em jogo a defesa do espaço público.

Mas contar uma história exige cuidados, pois a história verdadeira se revela mais nos diários e nas correspondências do que nos documentos oficiais. Certo de sua verdade, o

---

\* Professor Associado II do Departamento de História da Universidade Federal de Goiás. Pesquisador CNPq. Esse texto é parte da pesquisa Entre a memória e a história. Os exilados da velha república que conta com apoio do CNPq.

memorialista apresenta suas credenciais: honestidade, fidelidade, abnegação. Paulo Duarte, além das formalidades próprias do *pacto autobiográfico* (LEJEUNE, 1975), apresenta o seu fiador: um arquivo com mais de cem mil documentos. A sua escrita não deixa de ser uma viagem em torno de tão volumoso acervo. O jornalista apresenta cópias da sua correspondência guardando consigo tanto as cartas recebidas quanto as enviadas. O hábito de guardar a cópia de cartas recebidas era comum no meio político e literário em que atuava, entretanto, não se pode afirmar o mesmo quanto à prática de copiar e guardar as correspondências enviadas. Somente o desejo premeditado de constituição de um arquivo memorialístico ensejaria tal atitude. A memória, na perspectiva do jornalista, padece de um permanente compromisso de documentar o vivido. Paulo Duarte lamenta os inúmeros documentos perdidos no exílio ou nas perseguições de agentes da polícia; no entanto assevera que todo conteúdo das suas memórias pode ser contrastado com a vasta documentação acumulada ao longo dos anos. Adverte aos leitores para atentarem para possíveis enganos ou erros, passíveis a qualquer obra de memória: falhas, mas não mentiras.

A biografia de Paulo Alfeu Junqueira de Monteiro Duarte (1899 – 1984) liga-se estreitamente aos principais acontecimentos de contestação ao domínio das oligarquias paulista que, incrustadas no Partido Republicano Paulista (PRP), dominavam o Estado. Formou-se em Direito, mas distinguiu-se como jornalista atuando no jornal *O Estado de São Paulo*. Envolveu-se nas revoltas militares em 1924, na conspiração que resultou na revolução de 1930 e na revolução paulista de 1932 (ABREU, 2001).

Paulo Duarte documentou, em vasta produção, sua ativa participação na vida política do país nas lutas empreendidas contra as oligarquias do PRP e, posteriormente, contra o autoritarismo do governo Vargas. Essa atividade oposicionista lhe custou à amarga experiência de dois exílios <sup>1</sup>. Em 1974, veio a lume o primeiro volume de suas memórias. A imensa capacidade de rememorar fez do jornalista um *homem memória*. Escreveu 09 volumes, publicados entre os anos de 1974 e 1979. Érico Veríssimo, ao apresentar o primeiro volume, *As Raízes Profundas*, aproxima a novelesca vida do autor da narrativa de Cervantes e assegura: “Não exagero, não sou homem disso” e por fim, traça um perfil da personalidade do autor: “[...] Ensaísta, erudito, jornalista polêmico, ‘comprador’ de brigas alheias em nome dos direitos humanos...” (DUARTE, 1974, p.V, XVIII).

---

<sup>1</sup> Paulo Duarte publicou ao longo dos anos 1940 uma série de livros comprometidos com a análise dos movimentos que participara entre os quais destacam-se: *Agora nós*, *Palmares pelo Avesso*, *Exílio* e *Luta e Tempo das Catedrais*.

Rememorar a difícil vida da comunidade de exilados brasileiros em Lisboa, sem dinheiro e sem trabalho, envolveu a parte inicial de sua narrativa, marcada por um estilo distinto de evocar o passado: o rico arquivo, meticulosamente guardado, lhe permitiu transcrever inúmeras correspondências para o interior do texto autobiográfico. O recurso retórico quer assegurar ao leitor a verdade de sua narrativa. A escrita das cartas é marcada pela pessoalidade e retrospectiva. Visar o passado, em minúcias, assegurava para si um lugar especial naquilo que era lembrado. Lembrar consistia, nesse caso, em uma operação estratégica para avultar a mesquinhez e a violência governamental. As cartas familiares comentavam as agruras do período pós-revolucionário. A demissão do seu pai do emprego público sinalizava a abertura do período de caça aos que mantivessem qualquer laço com os revolucionários. Lourdes, sua irmã, descreve o ambiente de revolta da família Duarte que encontrava expressão na fala do seu filho, o menino Paulo Sérgio, ao conservar uma memória paulista aprendida como tradição:

*[...] Um dia vendo passar o “vermelhinho” (aviões do exército), começou a gritar: “bandido de vermelhinho”; e eu então levei-o para dentro e perguntei: quem foi que te ensinou isso? E ele: minha avó disse, tá! E eu também grito. Não imaginas como ele discute a revolução, sabe o nome e pelo retrato conhece todos os nossos exilados e reconhece todos os ditatoriais (DUARTE, 1974, p.26).*

Conhecer os próximos e reconhecer os inimigos, os ditatoriais, era a primeira regra a ser interiorizada pelo grupo derrotado em São Paulo. Os inimigos, no entanto, não eram facilmente discerníveis, pois entre os exilados estavam também homens do Partido Republicano Paulista que já cuidavam de produzir intrigas entre as lideranças do movimento revolucionário exiladas em Lisboa e Buenos Aires.

Euclides Figueiredo, Adolfo Bergamini, Artur Bernardes, Washington Luís, Otávio Mangabeira são nomes e emblemas que figuram nas memórias de Paulo Duarte, atestando sua inclusão no notório grupo político opositor. A correspondência com Júlio de Mesquita Filho, Julinho, é reveladora de um mundo à parte: a comunidade política do jornal *O Estado de São Paulo*. Ganhar a confiança de Júlio Ferreira de Mesquita, chefe do clã que dirigia o jornal, foi um feito que mereceu destaque na narrativa de Paulo Duarte, pois representava um passaporte, com carimbo e visto permanente, para cruzar as fronteiras de um mundo especial em que o jornal era quase um partido. Usar o diminutivo para referir-se ao novo chefe da família Mesquita era a maior prova da sua aceitação no grupo. Ciente da autoridade conferida pelo passaporte, duramente conquistado, Paulo Duarte relembra a camaradagem dos tempos de exílio, bem como alguma mágoa por não ter ingressado no movimento paulista pelas mãos

de Júlio de Mesquita Filho, a quem atribui o sucesso da formação da Frente Única Paulista e a deflagração do movimento revolucionário.

Entre as inúmeras cartas transcritas por Paulo Duarte, destacam-se as de mulheres paulistas que registravam suas impressões sobre o cotidiano da capital bandeirante após a derrota na revolução. A percepção feminina segue o mote *São Paulo terra invadida*. Antonieta Botelho, membro de uma tradicional família de São Paulo, alude a uma rusga ocorrida no carnaval decorrente do trocadilho na letra de um maxixe (*Formosa*) que, assim, era corajosamente entoado: “Deus que te fez paulista, paulista, paulista, porém a canalha te tornou separatista, separatista. (...) O que eu sei foi que cercaram a Praça Ramos de Azevedo e as metralhadoras funcionaram contra o povo desarmado” (DUARTE, 1975,97).<sup>2</sup>

As cartas que tratavam diretamente das decisões políticas cumpriam a função de situar os conflitos e dissensões ocorridas no exílio. A correspondência entre Paulo Duarte e Isidoro Dias Lopes indica o clima de disputas entre o grupo que se estabeleceu em Lisboa e em Buenos Aires. O comando militar da revolução era o centro das intrigas que buscavam apartar os coronéis Euclides Figueiredo e Basílio Taborda. O que estava em jogo era a compreensão da derrota paulista que feriu os brios dos revolucionários. A tradução do sentimento paulista de repulsa aos invasores ganha relevo especial na carta de Mário de Andrade:

*[...] Em torno da simpática estrelinha vem rosnando um avião da ditadura, praquê num cai, miserável! Não cai no ar não, porém aqui tudo parou num cai-não-cai, mais ridículo que empolgante. Os tenentes em brigas com os generais, está claro. Disputam esfomeadamente a presa sublime, e desgraçadamente está certo, essa é a lei dos homens. Dos homens selvagens. O pior é que se esforçam prá fazer a presa entrar na contradansa, e, o pioríssimo de tudo é que tem paulista bastante impuro, bastante ingênuo, bastante sem-vergonha, não sei, que acredita em general, que acredita em gaúcho (coletivo) e acredita em promessa. Não! Vamos dar um basta nisso. Não prometam, dêem. Dêem um estatuto só para nós, pois que somos diferentes mesmo, e sobretudo, não venham brigar mais na terra da gente, fazendo este martirizado São Paulo de campo de suas guerrinhas de roubo, de indivíduos e de merda. Vão brigar na terra deles, nesses brasis africanos onde a puta os pariu!*  
[...]

*Vivemos na angústia. E às vezes na vergonha também. Há um conde, que é cretino, é idiota, mas enfim é paulista de boa nação, que deita discurso prá Valdomiro. Valdomiro então responde que São Paulo é uma coisa formidável e que dez mulheres levantaram um Brasil. Feliz você meu Paulo, que masca o guaraná fortificante e duro da miséria e do exílio, não vive, feito nós, entre ódio, vergonha e nojo. (DUARTE, 1975,18).*

---

<sup>2</sup> Formosa, marchinha de Nássara e J. Rui, foi gravada na Odeon em 1933 pela dupla Francisco Alves e Mário Reis. O refrão, apropriado pelos paulistas, anunciava: Foi Deus quem te fez formosa, formosa, formosa, porém este mundo te tornou presunçosa, presunçosa. In: <http://www.geocities.com/locbelvedere/Cronologia29/cronologia1933.htm> acessado em 01/06/2006.

A transcrição dessa carta, escrita em 19 de janeiro de 1933, é indício do grau de exaltação, com cores separatistas que, momentaneamente, tomou conta até mesmo do brasileiríssimo Mário de Andrade. A correspondência é apresentada como caso-limite do repúdio paulista à intervenção do governo Vargas na *boa nação* bandeirante. O sentimento de vergonha pode ser atribuído aos que apoiavam o interventor Valdomiro Lima em sua ânsia de se transformar no pacificador, com o devido bônus, de São Paulo. Finalmente, o *nojo* era endereçado aos antigos donos do PRP. Paulo Duarte se lançou a exorcizar o *perrepismo* que se aproveitava da situação política para reaver cargos, o que poderia acarretar a identificação do movimento de 1932 com a defesa das práticas políticas da Primeira República.

A propagada interpretação de que São Paulo fora movido por desejos separatistas acabou inscrevendo a revolução como memória paulista, limitada ao contorno de uma região específica, carente, nessa percepção, de um projeto de envergadura nacional. Paulo Duarte se empenha em direção contrária. O retorno do exílio, em 1934, coincidiu com a escolha de Armando de Salles Oliveira para interventoria de São Paulo, complicando a atuação oposicionista. Com Armando de Salles Oliveira atado a Getúlio Vargas, restava ao grupo paulista transigir e apelar, de forma velada, para o passado como emblema da luta paulista. Nesta direção, Paulo Duarte rememora os depoimentos publicados no jornal *A Gazeta* em 1932: aconselhados pelos advogados, muitos participantes do movimento negaram o envolvimento direto com a revolução. Ao contrário, Paulo Duarte, entre outros, optou por assumir plenamente a condição de revolucionário. Estava em jogo a memória da revolução. O grupo político do jornal *O Estado de São Paulo* não poderia abdicar do prestígio social que o emblema de revolucionário representava. Paulo Duarte, como sempre, colocou-se como membro dessa comunidade, embora soubesse da sua posição secundária diante das disputas entre os homens que controlavam o jornal e o partido. Em seus relatos percebe-se a mágoa de ter sido preterido por escolhas partidárias, quando lhe cabia auferir alguma vantagem condizente com o papel por ele desempenhado durante a revolução. No registro da memória os acontecimentos políticos e os pessoais se alternam, indicando o corte e as possíveis pontes entre a memória coletiva e pessoal.

A mágoa de Paulo Duarte com a família Mesquita não o impedia de manifestar sua fidelidade ao grupo, embora demonstre em inúmeras passagens o gênio difícil de Julinho ou o seu desapontamento com Armando de Salles Oliveira, incapaz de apontar um rumo concreto para a luta contra as artimanhas do governo Vargas, especialmente, no Estado Novo. Paulo Duarte enfatiza o seu empenho na tarefa de reconstrução de um novo pacto político para o

país, sob a liderança do governador paulista. O primeiro obstáculo que se impunha transpor era livrar-se das tentativas de golpe envolvendo os militares e os membros do antigo PRP<sup>3</sup>.

A presença de Armando de Salles à frente do Estado assegurou a rearticulação de São Paulo no plano político nacional, embora os laços com Getúlio definissem os limites do jogo político. A criação do Partido Constitucionalista e da Universidade de São Paulo marcou a gestão de Armando de Salles, empenhado no resgate do orgulho paulista. O partido aspirava à formação de uma agremiação de porte nacional, enquanto a Universidade prepararia os novos cérebros para dirigir o país, com ênfase especial para a área de humanidades.

A memória do movimento paulista de 1932 tornou-se campo de conflitos. As disputas ocorriam em terreno propício: as homenagens e as honrarias eram motivo de atribulações e disputas que acabavam nos jornais. Um simples aperto de mão entre o então interventor paulista e o presidente Vargas se transformava, na perspectiva dos opositores, em imagem-símbolo da subordinação da terra bandeirante ao governo Vargas. Essa percepção assumiu a forma de uma campanha contra o governo paulista liderada justamente pelos segmentos do antigo PRP, inconformados com a nomeação de Armando de Salles para a interventoria paulista.

Paulo Duarte percebia os riscos da aliança política com Vargas. O fechamento da Aliança Liberal Libertadora e o clima de terror instalado pelo governo não foram suficientes para que o governador paulista se afastasse do Presidente. O anticomunismo parecia fornecer razões de sobra para justificar a aliança com o governo. O relato minucioso das realizações do prefeito Fábio Prado à frente da prefeitura paulista parecia indicar os rumos de um projeto paulista para o Brasil. A administração do Estado e da capital seriam vitrines para o resto do país, pois se vislumbrava a disputa pela presidência da República em 1938. O lançamento da candidatura de Armando de Salles Oliveira representou um desafio às pretensões continuístas de Vargas.

Paulo Duarte se empenhou em formar uma frente ampla contra o governo Vargas. O jornalista transcreveu sua longa correspondência com Alberto Rocha Barros (1977, v.5, p.97) pretendendo obter o apoio dos comunistas para a candidatura do líder paulista, mas o governador temia que esse apoio se convertesse em arma a ser usada pelos seus detratores. Armando de Salles Oliveira, incapaz de liderar uma frente política com a presença das esquerdas, buscou fundamentar sua candidatura no apoio das lideranças estaduais. Mas, nesse campo, Vargas era imbatível: assegurou o apoio de Benedito Valadares – peça fundamental

---

<sup>3</sup> Paulo Duarte descreve, em detalhes, o episódio que levou à deposição do general Daltro Filho, envolvido em articulações política, que visavam desestabilizar o governo paulista.

no jogo político – para minar o processo sucessório em curso. Neste intuito, Negrão de Lima cumpriu o roteiro indicado por Vargas e Benedito Valadares, preparando o terreno para o golpe nos estados nordestinos. (DUARTE, 1977, v.6, p.70). A intervenção no Rio Grande do Sul e a conseqüente fuga de Borges de Medeiros representaram a última fase dos preparativos para o golpe.

O memorialista apresenta o quadro político nacional com base em sua vivência, mas, além de suas lembranças e de seu arquivo, apóia-se noutras fontes, como a publicação, pelo jornal *Tribuna da Imprensa*, em 1959, de uma reportagem em que o historiador Hélio Silva apresenta o resultado de suas pesquisas sobre o “ciclo de Vargas”<sup>4</sup> (DUARTE, 1977, v.6, 71). A documentação coligida pelo historiador reforça a verossimilhança da narrativa de Paulo Duarte: pouco a pouco as lideranças políticas aderiram ao golpe. A traição, tal qual em 1930, foi identificada como elemento chave da estratégia política de Vargas. Os interesses pessoais se sobrepuseram aos coletivos, pavimentando o caminho do golpe.

Os jornais seguiram a rota da adesão e nem mesmo as lideranças paulistas, como o deputado Alcântara Machado e o governador Cardoso de Melo, indicado pelo próprio Armando de Salles Oliveira, resistiram ao impulso golpista. A “inominável” traição do governador Cardoso de Melo é descrita com perplexidade.

*[...] Cardoso acabou enleado pelos malandrões que gravitavam em torno de Alcântara Machado e depois entregou voluntariamente de pés e mãos atados a Getúlio... Cardoso atirou-se pois ao inferno e, agora, ia procurar viver bem com o diabo (1977,78).*

Armando de Salles e seu fiel escudeiro, Paulo Duarte, assumem, na narrativa, o papel romântico de resistir às insídias do império do mal, representado por Getúlio Vargas. Mas há esquecimentos ou fatos que bem poderiam ser lembrados pelo jornalista, aliás, ele mesmo os lembrou noutra narrativa memorialística: o próprio Armando de Salles se manteve próximo ao presidente Vargas, portanto a convivência com o “diabo” tinha sido um imperativo que nem Armando de Salles nem Cardoso de Melo souberam enfrentar.

As memórias de Paulo Duarte têm claro compromisso com a defesa dos valores liberais ameaçados pelo governo de Getúlio Vargas. Com a decretação do Estado Novo restou ao grupo paulista empenhar-se na elaboração de um jornal clandestino, *O Brasil*, como forma de criticar as ações da ditadura, alimentando, assim, o sentimento oposicionista contido pela repressão. O oposicionista veraz, no entanto, foi convidado para visitar o ministro da Guerra,

---

<sup>4</sup> Hélio Silva colaborou no jornal *Tribuna da Imprensa* publicando versões jornalísticas de suas pesquisas sobre a história contemporânea do Brasil. Em outubro de 1959 publicou “Lembra-vos de 1937” que posteriormente foi publicado em livro com o título *Todos os golpes se parecem*. Hélio Silva iniciou a publicação da série *O ciclo de Vargas* em 1964, com o livro *Sangue na Areia de Copacabana*.

Eurico Gaspar Dutra, em sua própria casa. O convite deveu-se às informações que Paulo Duarte possuía sobre o interesse da Alemanha em intervir no Brasil. (1978 v.7, p.44). O memorialista referencia outro livro de sua autoria, onde já havia narrado o episódio – *Prisão, Exílio e Luta* (1946) – como forma de assegurar ao leitor não apenas a verdade do que conta, mas de informar que suas memórias recompõem quadros anteriormente esboçados dos quais, coerentemente, buscava não se afastar.

O tratamento amistoso firmado entre o general Dutra e Paulo Duarte tornou-se público, alimentando os boatos de golpe e provocando desconforto para os áulicos, como o novo interventor paulista, Ademar de Barros. O general até tentou proteger o revolucionário, mas acabou cedendo ao império das circunstâncias: Paulo Duarte partiu novamente para o exílio, mas Dutra exigia que tratamento igual fosse dado ao integralista Plínio Salgado que estava foragido desde o fracassado golpe de 1938 (1978, v.7, p.53).<sup>5</sup> A partida para o segundo exílio é rememorada dolorosamente:

*[...] Com que nitidez ainda me lembro dos mínimos pormenores quando estou redigindo estas linhas com base em minhas notas e na minha memória em abril de 1976, trinta e oito anos depois...(1978, v.7, 58).*

A memória é evocada sob o controle do arquivo, as notas. O uso recorrente de correspondências, jornais e livros afastavam o exercício da lembrança da perspectiva individualista como traço essencial do exercício de rememoração. Trata-se, portanto, da memória de um grupo com uma identidade específica – a oposição a Getúlio Vargas – e que podia ser contada com objetividade.

Para o jornalista a solução para a crise política brasileira estava diretamente relacionada aos sucessos da guerra européia. A vitória de Hitler, cujos objetivos na América Latina motivaram o encontro com Dutra, consolidaria o regime estadonovista. A despeito das frustradas tentativas de golpe, Paulo Duarte continuava a escrever para o general, mesmo sem obter respostas. Em longa carta, escrita em 05 de novembro de 1940, procura, mais uma vez, convencê-lo a agir contra as misérias do regime. A lista das “vergonhas” do ditador envolvia desde a nomeação de Ademar de Barros que insultou o Sr. Getúlio Vargas numa tribuna parlamentar, até a venda de passaportes nas embaixadas brasileiras. Para provar a deterioração moral do regime comenta a farsa do resgate dos ossos dos inconfidentes mortos em terras

---

<sup>5</sup> Plínio Salgado recebeu a proteção de Ademar de Barros. Refugiado em São Paulo, o líder integralista escapou da repressão sobre os integralistas, após o golpe de 1938. Sua prisão, por três dias, se efetivou em 1939 (VARGAS, 1995, v. II, p.170-171). Plínio Salgado foi preso por ordem, secreta, do ministro da Guerra. (VARGAS, 1995, v. II, p. 226).



africanas e a intervenção do governo no jornal *O Estado de São Paulo*. (DUARTE, 1979, p.248).

A recomposição da memória política inscrita nas memórias de Paulo Duarte identifica na Constituinte de 1934 a oportunidade para que São Paulo liderasse um projeto político para o Brasil. Vargas buscou a reaproximação com as forças oposicionistas de São Paulo, no intuito de domá-las ao império das circunstâncias. A complexidade do processo sucessório, marcado por intensa luta ideológica, criou a oportunidade para que Vargas permanecesse no poder. A proposição continuísta dependia tanto do apoio das forças armadas quanto do convencimento das elites políticas, especialmente as de São Paulo. Vargas, incapaz de impedir a candidatura de Armando de Salles, optou pela cooptação dos opositores do ex-interventor e dos seus antigos aliados, como o deputado Alcântara Machado. No momento da definição do jogo, o presidente Vargas contava até mesmo com a cooperação do governador paulista, Cardoso de Melo.

O autor concluiu suas memórias na conjuntura de ascensão do fascismo. A derrocada do Estado Novo não foi objeto de sua atenção. Encerrou o último volume de suas memórias relatando a possível invasão de Portugal pelas tropas alemãs e sua partida para os Estados Unidos. Não há informação sobre a elaboração de um novo volume, tampouco de um plano geral para a composição das suas memórias.<sup>6</sup> A vitória dos aliados, e a conseqüente queda do Estado Novo, poderia ser narrada ou ao menos esboçada no volume publicado em 1979, mas as memórias permaneceram inconclusas, sem adentrar na esperada conjuntura política que permitiu o êxito dos ideais democráticos. Como de praxe, o autor finaliza o livro direcionando suas lembranças para o tempo da mocidade.

Paulo Duarte iniciou a publicação de suas memórias, esboçadas a partir de 1965 (HAYASHI, 2001), quando completara 75 anos. Em um período tão curto, desenhou sua vida intensa em milhares de páginas, missão a que se propôs como forma de responder a questão crucial: quais as razões justificadoras de uma vida? Com o registro de suas memórias, Paulo Duarte retirou do silêncio inúmeras vozes. Sua versão dos acontecimentos esteve sempre acompanhada de cartas, muitas cartas, fotos, muitas fotos e um relato minucioso dos fatos, indícios de que percorrera sua memória e seu arquivo em busca da verdade de sua atribulada vida.

---

<sup>6</sup> Segundo Miguel Zioli, Paulo Duarte planejava escrever suas memórias em quinze volumes. O último volume de suas memórias foi publicado em 1979. Paulo Duarte morreu em 23 de março de 1984. Disponível em: <http://www.abralic.org.br/enc2007/anais/59/583.pdf>. Acessado em 26 de fevereiro de 2008.

Para o historiador a memória, como qualquer outro documento, deve ser posta sob alguma forma de controle, ainda que parcial, no exercício de rememorar o passado. A marca da subjetividade, incapaz de ser subtraída, se transmuta em problema a ser investigado. A carência de orientação para a vida liga a história dos historiadores a outros tipos de narrativas sobre o passado. Atar os fios do presente ao passado constitui estratégia cognitiva para enfrentar o horror à ausência de sentido projetada pelo futuro. Interpretar a experiência temporal constitui habilidade cognitiva fundamental para a vida prática. A Memória e a História partilham, ainda que de modos distintos, do trabalho de recomposição do vivido, das ações e paixões que conferem singularidade à experiência do indivíduo e do grupo (RÜSEN, 2001).

A narrativa do que se viveu exerce a função de orientação retrospectiva quando se procede ao ajuste das experiências e expectativas acumuladas no tempo. O resultado pode representar um alento para a existência presente, expectativa que conduz o narrador do presente ao passado. Narrar uma vida é quase sempre recompor os mil fragmentos da experiência, seguindo, entretanto, uma direção. A leitura dos relatos biográficos e autobiográficos se transforma em exercício de reflexão voltado tanto para a percepção do mapa mental que conduziu à narrativa e seu processo construtivo quanto para o desejo de apresentar uma verdade que induz o narrador a contar a sua vida.

Nas memórias de Paulo Duarte, além da verdade contada, sobram as mágoas, possivelmente, relacionadas ao isolamento de que foi vítima após o seu retorno ao Brasil. O afastamento do jornal *O Estado de São Paulo*, em 1950, o fim da revista *Anhembi*, sob sua direção, e a aposentadoria compulsória da USP fecharam as portas ao homem público, que encontrou na recomposição de sua memória uma alternativa para afirmar sua presença no mundo político. A objetividade da narrativa memorialística – incrustada no conjunto de evidências que sinalizam o discurso da verdade – viu-se envolvida pelo ressentimento que, talvez involuntariamente, conduziu o autor em sua peregrinação pelos labirintos do seu arquivo. A perspectiva de verossimilhança presente no relato autobiográfico contém um duplo discurso: o desejo de afirmação da verdade, referência externa, se revela sob o invólucro da memória, relato da vida. Ao historiador cabe refletir sobre a duplicidade da narrativa autobiográfica, considerando o seu conteúdo de “verdade” como representação do mundo colado à dimensão subjetiva que se apresenta abertamente no registro da memória.

Finalmente, retorno ao sentimento de incompreensão, tão marcante na narrativa de Paulo Duarte. Aos derrotados resta repensar o que foi vivido, repisando estratégias e apostas que, sabidamente perdidas, precisam de explicação, pois nesse movimento formula-se uma

compreensão do tempo vivido e de si mesmo. O projeto liberal da elite paulista permanece como resíduo, permitindo o questionamento da tradição histórica que fez de Vargas – e do autoritarismo – modelo de auto-reflexão da formação do Brasil moderno.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de...[et al.]. *Dicionário histórico-biográfico brasileiro Pós-1930*. Rio de Janeiro: FGV; CPDOC, 2001.

DUARTE, Paulo. *Palmares pelo Averso*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1947.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Raízes Profundas. São Paulo: Hucitec, v.01,1974.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Inteligência da Fome. São Paulo: Hucitec, v.2, 1975.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Selva oscura. São Paulo: Hucitec, v.3, 1976.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Os mortos de Seabrook. São Paulo: Hucitec, v.4,1976.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Apagada e vil mediocridade. São Paulo: Hucitec, v.5,1976.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Ofício de trevas. São Paulo: Hucitec, v.6,1977.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Miséria universal, miséria nacional e minha própria miséria. São Paulo: Hucitec, v.8,1977.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. Vou-me embora pra passárgada. São Paulo: Hucitec, v.8, 1978.

\_\_\_\_\_. *Memórias*. E vai começar uma nova era. São Paulo: Hucitec, v. 09, 1979.

HAYASHI, Marli Guimarães. Paulo Duarte, um Dom Quixote Brasileiro. Tese. (*Doutorado em História*). São Paulo: USP, 2001.

\_\_\_\_\_. Paulo Duarte e a defesa da Universidade. In: *Saeculum*, Revista de História. João Pessoa: v. 11 ago./dez. 2004. Disponível em

<http://www.cchla.ufpb.br/saeculum/saeculum11.pdf#page=176>. Acesso:05/12/2006.

LEJEUNE, Philippe. *Le pacte autobiographique*. Paris: Seuil, 1975.

LEONZO, Nancy e PASCHOAL, Lúcia Maria. Prisão, Exílio e vida intelectual. Otávio Mangabeira e Paulo Duarte. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 396, jul./set. 1997, p.841-869.

RÜSEN, Jörn. *Razão Histórica*. Brasília: Unb, 2001.